

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



**Navio Doca Multipropósito
"Oiapoque": a novidade para a
Esquadra brasileira**

ESTE E OUTROS 12 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 220 • 02 de Outubro de 2025

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [HMS "Bulwalk", da Marinha Real Britânica](#)

Por: Shaun Barlow

Fonte: Flickr

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
TEL.: (21) 2546-9351 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontradas na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante Gustavo Leite Cypriano Neves

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) José Luiz Ferreira Canela

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) William de Sousa Moreira (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (EGN)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Kenzo Brites Yamaguti (UFRJ)

REVISÃO E TRADUÇÃO

Mancy Mylene Soares Sant'Ana (UFRJ)



ÁFRICA SUBSAARIANA

Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Gabriel Francisco Castro Aguiar (UFRJ)
José Ricardo de Oliveira Araujo (UFRJ)
Kenzo Brites Yamaguti (UFRJ)
Luísa Barbosa Azevedo (UERJ)
Rafaela Marinho Gonzalez Machado (UFRJ)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (UERJ)

AMÉRICA DO SUL

Bruna da Silveira Eloy (UFRJ)
Fernanda Carvalho Calado Coutinho (UFF)
Gabriel Augusto Almeida da Silva (UFRJ)
Guilherme Demmer Knippenberg (UFSC)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Maria Fernanda Santos Kerr (UERJ)
Matheus Moreira Alves (UERJ)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Julia Santos Soares (UFRJ)
Kaike Ferreira Mota (UFRJ)
Taynah Pires Ferreira (UFF)
Rafael de Oliveira Maciel (UnB)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)
Yasmim Abril Monteiro Reis (San Tiago Dantas)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
Nathália Magalhães Macedo (UFRJ)

EUROPA

Amanda Maciel Fraga Montoiro (UFRJ)
Emerson Luiz Bento dos Santos (UFRJ)
Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Lucas Salles Pithon Macedo (UFRJ)
Millene Sousa dos Santos (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

Julia Monteiro Mello Fróes e Silva (Unilasalle-RJ)
Maria Carvalho Pinto Puccetti (UFRJ)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Nina de Almeida Bonifacio Pereira (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFSC)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Eduardo El-Hader Fantini (UERJ)
João Gabriel Fischer Morais Rego (ECEME)
Maria Clara Vieira Schneider Vianna (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)
Vitória de França Fernandes (UNIRIO)

RÚSSIA & EX-URSS

Anna Laura Silveira Lengruber (UFRJ)
Gastão Menescal Carneiro Neto (Unilasalle - RJ)
José Gabriel de Melo Pires (ECEME)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Guilherme de Oliveira Carneiro (FGV)
Marcelle Torres Alves Okuno (UERJ)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Rafael Prisco Cabral (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (EGN)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangueira (PUC-Rio)
Gabriel Paradela Heil (UFRJ)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri Oliveira Mendes (Paris Nanterre)
Maria Fernanda Császár Lima Ferreira (UFRJ)

TEMAS ESPECIAIS

Gabriel Mendes Andrade (UERJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
Maria Elena Andrade Barbosa (EFOMM)
Raquel Torrecilha Spiri (UNESP)



SUMÁRIO

AMÉRICA DO SUL

Navio Doca Multipropósito "Oiapoque": a novidade para a Esquadra Brasileira	5
Fortalecimento da Armada chilena e seu papel institucional na segurança regional	6

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

A disputa geopolítica por infraestruturas marítimas estratégicas
no Caribe.....7

ÁFRICA SUBSAARIANA

Entre oportunidade e gargalos: a África do Sul
no futuro do hidrogênio.....8

EUROPA

A atenção da OTAN ao Extremo Norte e a complexidade geopolítica local.....	9
Do Indo-Pacífico ao Báltico: a parceria UE-Índia entre segurança e interesses estratégicos.....	10

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Do protagonismo ao isolamento: como Israel sustenta sua indústria de Defesa11

RÚSSIA & Ex-URSS

A geoeconomia Russa: as sanções e o Fórum
Econômico Oriental12

LESTE ASIÁTICO

O legado do Sadae na política externa sul coreana com os Estados Unidos da América.....13

SUL DA ÁSIA

A crise política no Nepal e seus impactos
para o Sul da Ásia13

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

A busca por soberania e segurança no Oceano Pacífico 14

ÁRTICO & ANTÁRTICA

A rota do futuro? O colapso da criosfera e a disputa
no Oceano Austral 15

TEMAS ESPECIAIS

Intervenção brasileira no caso África do Sul v. Israel:
mudança de paradigma?.....16

Artigos Seleccionados & Notícias de Defesa..... 17

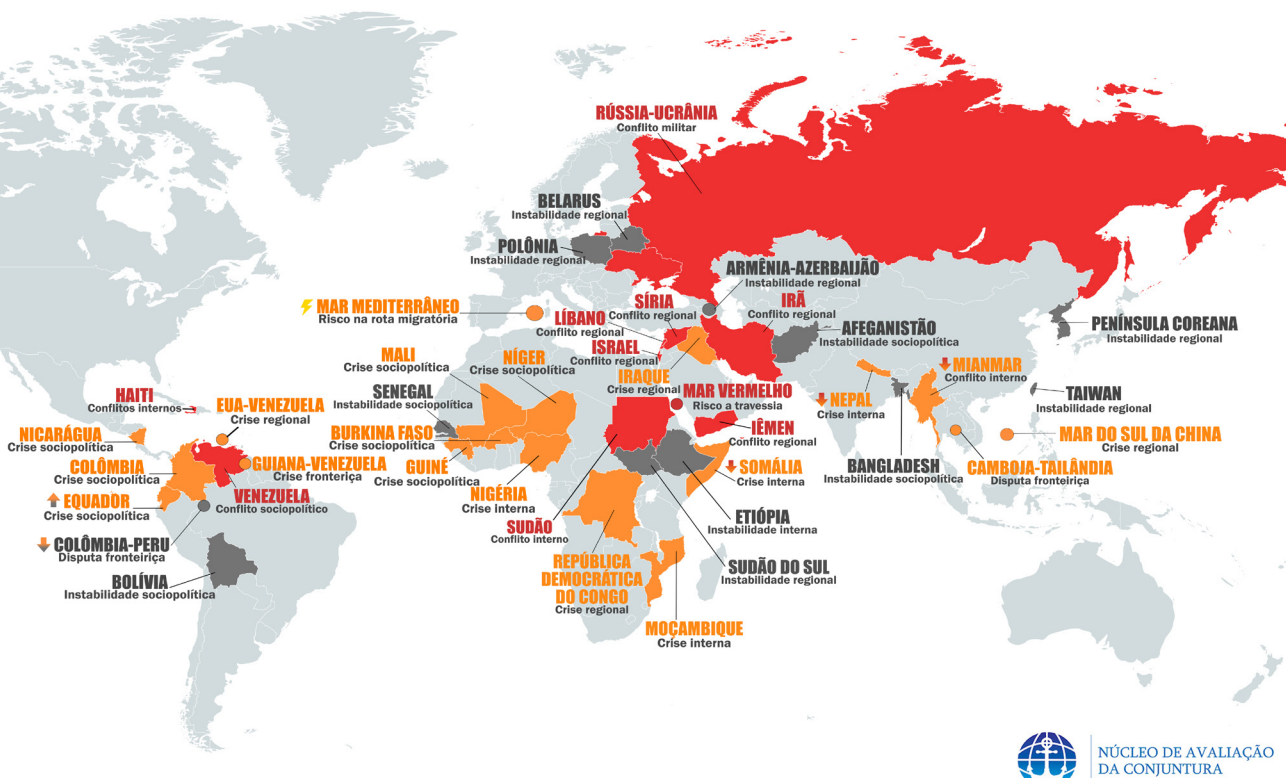
Calendário Geocorrente.....	17
-----------------------------	----

Referências..... 18

Mapa de Riscos..... 19

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Por: Matheus Moreira



Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19

Navio Doca Multipróposito "Oiapoque": a novidade para a Esquadra Brasileira

Guilherme Demmer Knippenberg

Em setembro de 2025, a Marinha do Brasil (MB), em conjuntamente a Royal Navy, finalizou as tratativas referentes à transferência do navio *His Majesty's Ship* (HMS) “Bulwark” para a Esquadra brasileira (Boletim 219). O navio foi rebatizado para Navio Doca Multipropósito (NDM) “Oiapoque” e tem sua entrega prevista para meados de 2026. Questiona-se, portanto, quais capacidades operacionais o navio poderá agregar à Esquadra brasileira.

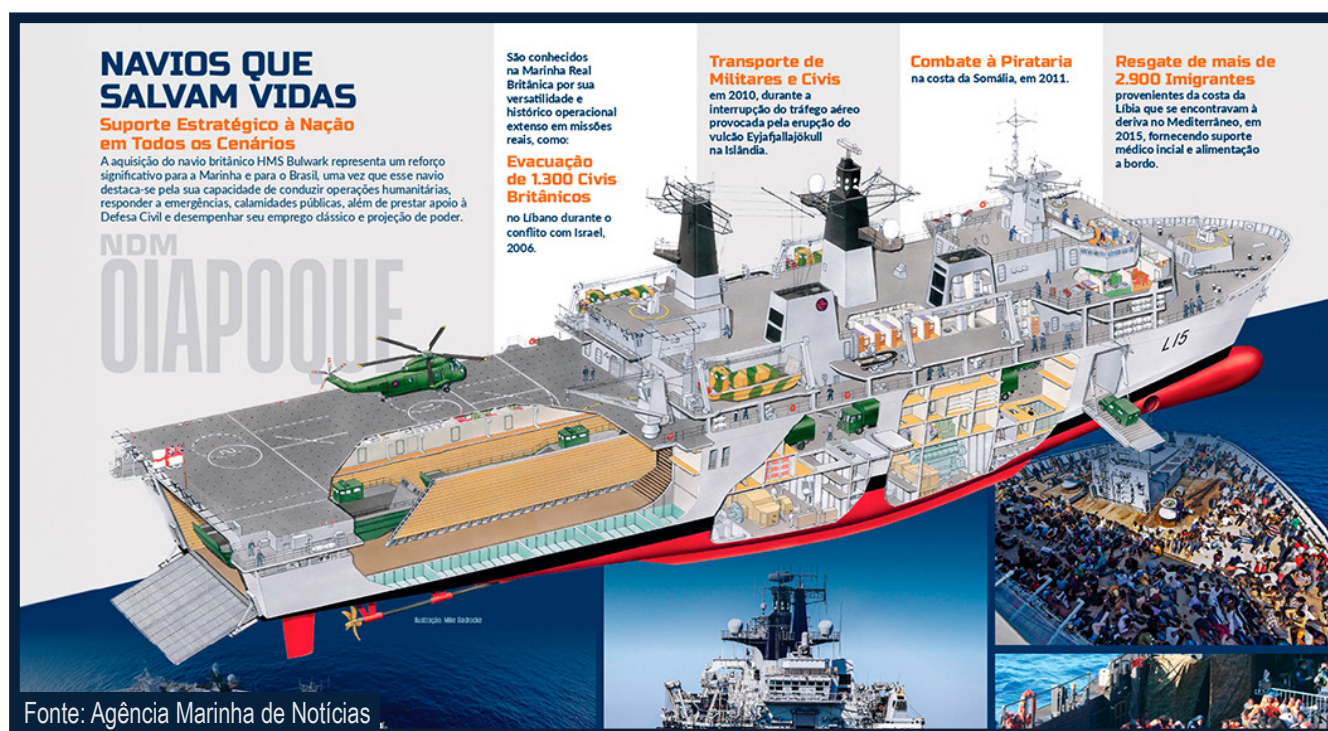
Até novembro de 2025, o Brasil enviará 92 militares ao Reino Unido — o primeiro efetivo, com cerca de 40 militares, já foi enviado — para serem submetidos a um treinamento rigoroso, intitulado *Fleet Operational Standards and Training* (FOST, “Padrões e treinamento operacional da Esquadra”). O objetivo é capacitar o efetivo da Marinha do Brasil com conhecimentos técnicos necessários para operar a nova embarcação. O NDM “Oiapoque” possui capacidade para transportar até 710 militares e 290 tripulantes, além de dispor de um convoo que permite a operação simultânea de até dois helicópteros de grande porte. Junto a isso, o navio possui um raio de ação de 8.000 milhas náuticas, cerca de 15.000 km, e consegue manter uma velocidade máxima de 18 nós — 34 km/h.

Assim, embarcações desse porte oferecem apoio logístico para o transporte de tropas, veículos, mantimentos, medicamentos, podendo também funcionar

como hospitais de campanha em eventuais cenários de crise. Além disso, o navio servirá como elemento de ampliação da Consciência Situacional Marítima brasileira, beneficiando ações de governança oceânica de regiões como a Amazônia Azul — que dispõe de proporção territorial extensa e possui recursos naturais como petróleo, gás natural, níquel, cobre, cobalto e demais elementos relevantes para o Estado brasileiro.

A experiência internacional confirma a relevância estratégica desse tipo de navio em situações de crise. O HMS “Bulwark”, por exemplo, integrou diversas missões britânicas ao redor do mundo, oferecendo apoio técnico e logístico. Em 2006, durante a crise entre Israel e Líbano, a embarcação desempenhou papel crucial ao garantir a evacuação de cerca de 1.300 cidadãos britânicos da capital libanesa, evidenciando a versatilidade desses meios navais de combinar poder de projeção com funções humanitárias. Assim, tal histórico reforça a importância do navio para a capacitação da MB nesse campo.

Portanto, considera-se que a aquisição do navio junto à Royal Navy permitirá a MB atuar em áreas estratégicas do território nacional. Os componentes do navio ampliam o suporte aos demais meios navais da Esquadra, com o potencial de fortalecer a projeção e a atuação estratégica da Marinha do Brasil.



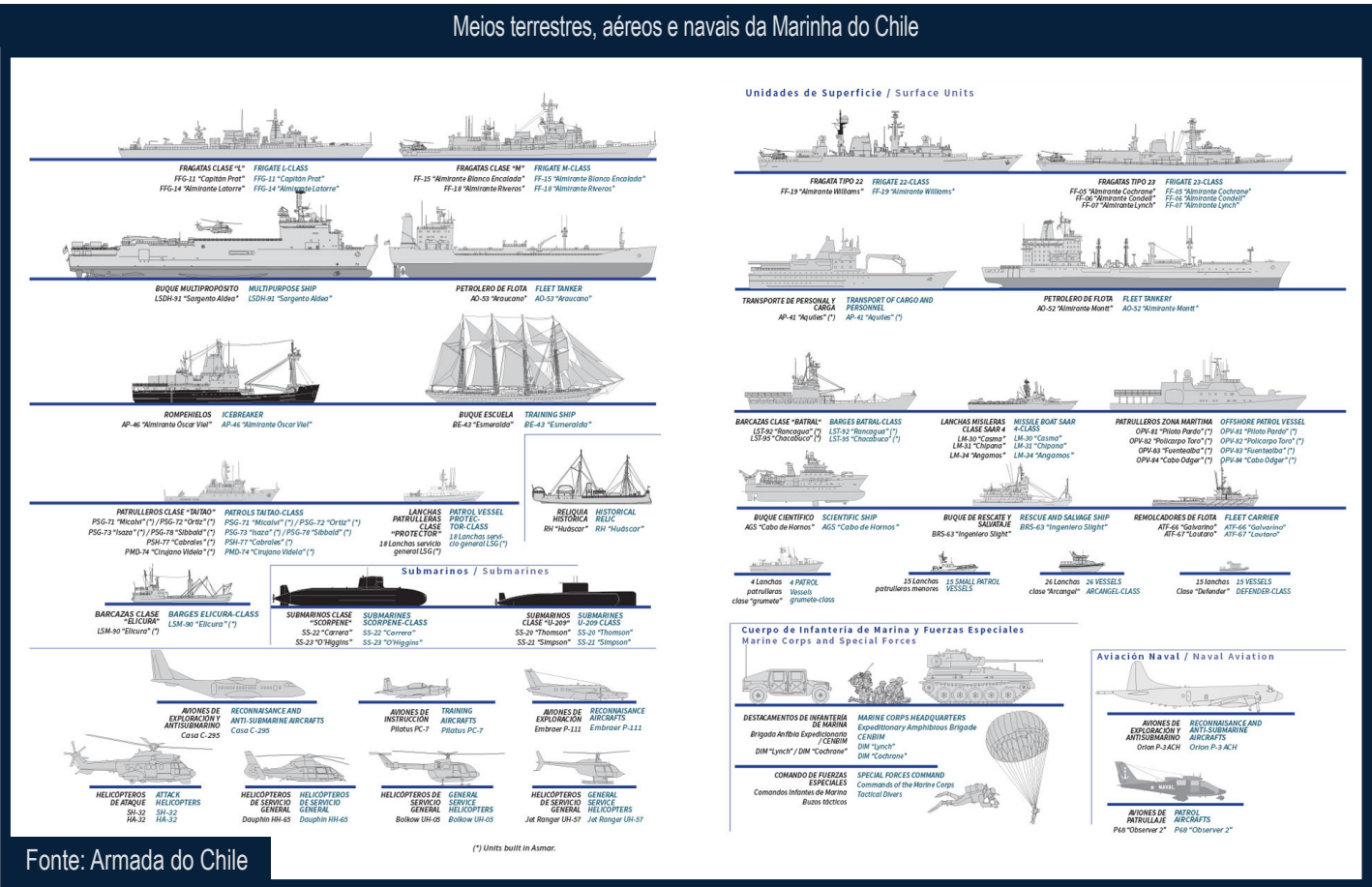
No dia 14 de agosto de 2025, ocorreu a assinatura de um convênio entre a Subsecretaria de Segurança Pública do Chile e a Direção Geral do Território Marítimo e da Marinha Mercante (DIRECTEMAR). Trata-se de um órgão responsável por exercer funções de autoridade naval, garantir a segurança da vida humana no mar, proteger o meio ambiente marinho e assegurar o cumprimento das leis e regulações da atividade costeira. O acordo formaliza o repasse de US\$ 2 milhões para a Marinha chilena, destinado ao fortalecimento dos mecanismos de combate ao crime organizado. Nesse cenário, questiona-se o papel que a instituição desempenhou e consolidou ao longo das últimas décadas no âmbito da segurança marítima e do combate ao narcotráfico.

O repasse dos recursos financeiros deu-se no âmbito da Política Nacional contra o Crime Organizado, estratégia lançada em 2022 com o objetivo de desarticular a atuação de organizações criminosas e dismantlar seu poder econômico. Desde seu lançamento, o plano esteve focado no fortalecimento da atuação do DIRECTEMAR e, por extensão, da Marinha chilena. Nesse sentido, os recursos destinados ao órgão representaram um aumento de 7,5% em relação ao ano anterior e serão aplicados no desenho, desenvolvimento e implementação de um novo sistema informatizado, além da modernização de

equipamentos tecnológicos voltados à vigilância noturna, inspeção de áreas de difícil acesso e a comunicação. Nesse sentido, a Marinha chilena integra-se ao Ministério de Segurança Pública, em uma política de segurança integrada de enfrentamento a crimes transnacionais, como narcotráfico, tráfico de armas e pessoas, contrabando e migração irregular.

Por fim, observa-se que, historicamente, a Marinha chilena deixou de atuar apenas como Força Armada voltada à defesa naval e às tarefas do Estado — como patrulhamento, salvamentos e apoio logístico — para desempenhar funções crescentes de segurança e polícia marítima diante de um novo quadro de segurança regional. Essa transição reflete-se na criação e no aprimoramento de órgãos como o DIRECTEMAR, no aperfeiçoamento de unidades de patrulha marítima, na participação em campanhas multinacionais de interdição de atividades ilícitas e na cooperação técnica com instituições civis, como o Ministério do Interior e a Polícia de Investigações e Alfândegas. Esse cenário evidencia a centralidade que o mar ocupa nas estratégias de contenção de crimes transnacionais, que passaram a impactar o Chile de forma mais contundente no último decênio, mas, ao mesmo tempo, distancia a Esquadra chilena de operações de alta intensidade, características das missões focadas na defesa naval.

Meios terrestres, aéreos e navais da Marinha do Chile



A disputa geopolítica por infraestruturas marítimas estratégicas no Caribe

Julia Soares

A medida que se intensifica a competição entre grandes potências, a região do Caribe emerge como um espaço estratégico de disputa por infraestrutura marítima e logística. Nesse contexto, a China amplia sua presença na região por meio da Iniciativa Cinturão e Rota, que leva investimentos em portos, energia, mineração e tecnologia, enquanto os Estados Unidos da América (EUA) procuram preservar sua influência historicamente hegemônica na região. O resultado é uma reconfiguração das relações de poder caribenhas, em que a infraestrutura torna-se pilar central da disputa. Diante desse cenário, de que forma a disputa entre China e EUA por infraestrutura no Caribe redefine a geopolítica da região e impacta a autonomia dos Estados caribenhos?

O avanço da presença chinesa tornou-se mais visível nos últimos dez anos. Negociações envolvendo a venda de participações em portos estratégicos, como exemplo os do Panamá e das Bahamas, colocaram empresas chinesas e fundos internacionais no centro do debate sobre logística e navegação regional. Esses portos, que desempenham papel crítico no comércio global, passam a ser também espaços de tensão entre a expansão econômica chinesa e a manutenção da influência estadunidense. Em Antígua e Barbuda, acordos de cooperação militar, como o treinamento de contingentes locais em centros de Defesa chineses, acrescentam uma dimensão geopolítica que transcende a esfera comercial.

A crescente atuação chinesa redesenha a geografia

política do Caribe, reforçando sua presença em fóruns multilaterais e pressionando a hegemonia estadunidense. Portos, corredores logísticos, redes energéticas e cooperação militar configuram-se, assim, como setores estratégicos em disputa, onde a atuação dos Estados caribenhos é condicionada pela inserção em estruturas econômicas e políticas de interesse das grandes potências. Nesse sentido, a substituição da presença de uma potência pela outra não elimina os riscos de dependência, mas sim, evidencia que a região permanece sujeita às pressões externas. A cooperação entre os países da região surge como um mecanismo importante para mitigar os riscos de dependência e posicionar estrategicamente o Caribe no cenário global.

A disputa entre China e EUA pela infraestrutura no Caribe reconfigura a posição da região, colocando-a no centro das estratégias globais e gerando, ao mesmo tempo, oportunidades de desenvolvimento e novos riscos de dependência. Diante desse cenário, fortalecer a autonomia regional exige transparência nos acordos, diversificação de parcerias e maior integração entre os países caribenhos, preferencialmente de forma institucionalizada. Assim, o futuro do Caribe dependerá de sua capacidade de equilibrar interesses externos e internos, transformando a competição sino-americana em uma oportunidade de inserção mais estratégica e soberana no sistema internacional.



Entre oportunidade e gargalos: a África do Sul no futuro do hidrogênio

José Ricardo Araujo

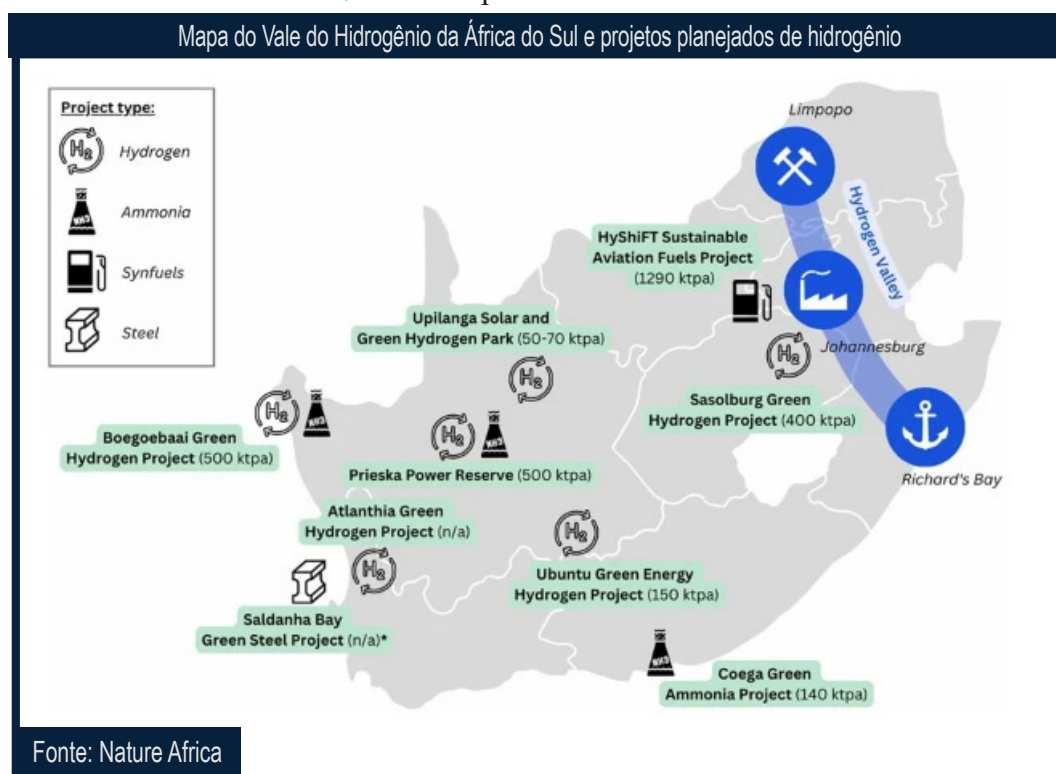
Em meio a grandes investimentos destinados ao hidrogênio verde, surgem questionamentos sobre o papel do continente africano nesse cenário. Segundo estimativas do European Development Bank, o potencial de produção do continente pode chegar a 50 milhões de toneladas ao ano até 2035, o que seria crucial para descarbonizar setores de difícil abatimento, como a siderurgia e os transportes. Com abundante potencial em energias renováveis e recursos minerais críticos, a África do Sul, aspirante a líder continental da transição energética, destaca-se por seus planos e projetos ambiciosos. A síntese política de 2025 do South African Institute of International Affairs (SAIIA, na sigla em inglês) reforça essa visão e desperta a questão central: quais são os principais desafios e oportunidades para consolidar sua liderança nessa tecnologia verde?

Entre os entraves, um ponto crítico é a carência de infraestrutura portuária. O país enfrenta problemas operacionais, como manutenção inadequada, corrupção estrutural e roubos de carga. Em 2023, estima-se que o congestionamento de embarcações gerou ao menos US\$ 6,57 milhões diários em custos diretos e indiretos, limitando a capacidade de liderança do país na exportação de hidrogênio verde. Outro desafio consiste no financiamento, uma vez que a viabilidade da indústria depende da implementação com megaprojetos de infraestrutura. Embora a África do Sul tenha captado US\$ 37,55 milhões da União Europeia em 2024, esse valor está distante do custo médio de US\$ 1 bilhão por

projeto. Soma-se a isso a resistência social, motivada pelo receio de que uma indústria voltada à exportação fragilize a rede elétrica doméstica.

Por outro lado, o país dispõe de oportunidades significativas. Iniciativas nacionais como o Plano de Investimento para a Transição Energética Justa, o Roteiro da Sociedade do Hidrogênio e a Estratégia de Comercialização de Hidrogênio Verde fortalecem a regulação e articulam trilhas para exportação e uso doméstico, favorecendo a aceitação social. Projetos como o Vale do Hidrogênio ampliam esse protagonismo, enquanto a urgência da transição energética cria espaço para captar recursos internacionais, inclusive por meio de mecanismos inovadores, como o *SA-H2 Fund*. No campo da integração, regionalmente, destaca-se a cooperação com a Namíbia para construir o primeiro gasoduto de hidrogênio verde transfronteiriço da África. Já no nível continental, a Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA, na sigla em inglês) desponta como uma plataforma estratégica de articulação.

Em conclusão, a África do Sul reúne condições para ser líder na produção de hidrogênio verde. Todavia, necessita superar gargalos relacionados à infraestrutura, ao financiamento e ao equilíbrio entre demandas sociais e crescimento econômico. Somente assim o país poderá transformar seu potencial em liderança efetiva na corrida pela transição energética e na produção de hidrogênio de baixo carbono.



A atenção da OTAN ao extremo norte e a complexidade geopolítica local

Emerson Luiz Bento dos Santos

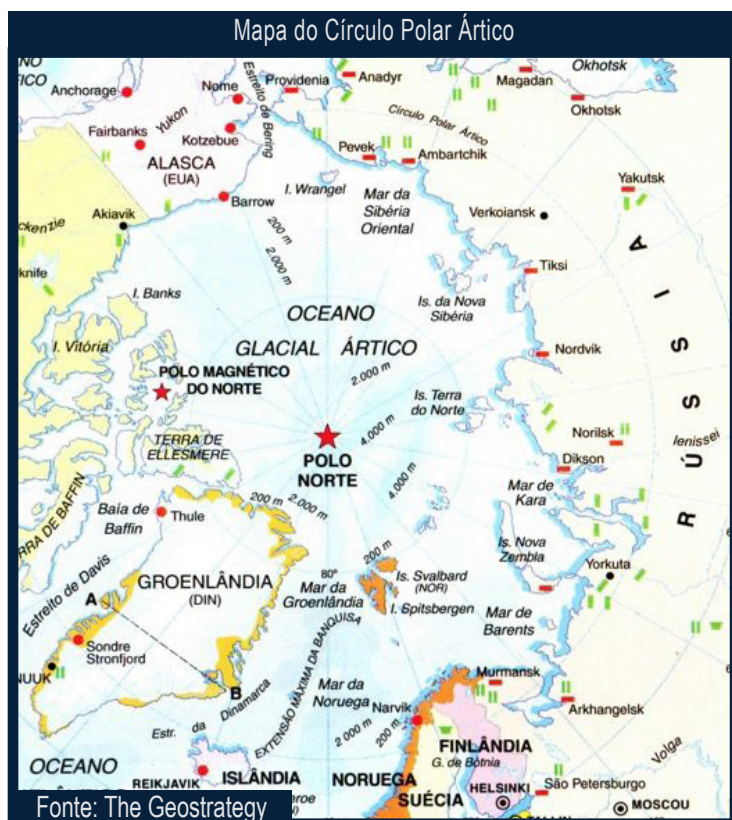
O Círculo Polar e o Oceano Ártico fazem parte de uma importante região que compreende países como Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia, os quais além de serem países do norte da Europa, são países árticos — cortados pelo Círculo Polar Ártico —, e membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). As tensões locais vêm crescendo nos últimos anos e, em virtude disso, dois locais surgem como zona de atenção: o arquipélago norueguês de Svalbard, e a Groenlândia, estado associado à Dinamarca. Nesse contexto, a Aliança lançou a operação “Arctic Light 2025” como forma de manter a segurança nesse ponto crítico do continente. Diante disso, cabe indagar: de que maneira esse esforço poderá contribuir para a estabilidade ou aumento de tensões na região ártica?

Realizado entre os dias 09 e 19 de setembro de 2025, o exercício, liderado pelas Forças Armadas dinamarquesas, reuniu mais de 550 militares para treinamentos de alta intensidade em território groenlandês e arredores. As atividades incluíram exercícios de resgate marítimo e no aprimoramento da interoperabilidade em condições climáticas extremas. As tensões impostas pelo conflito entre Rússia e Ucrânia elevaram o nível de atenção da Aliança, indicando que a cooperação tende a se intensificar — como demonstrado pela Operação “Dynamic MongOOSE 25” ([Boletim 213](#)), indicando o

crescente alerta em torno da região ártica.

Cabe ressaltar a relevante ausência dos Estados Unidos da América, principal potência militar e econômica da OTAN e que também possui territórios no Ártico, mas não fez parte do exercício. A ausência de Washington reforça o distanciamento de sua relação com a Europa, principalmente pela intenção declarada do governo estadunidense em assumir o controle da Groenlândia. Ao mesmo tempo, a presença russa no arquipélago norueguês de Svalbard, especificamente em Barentsburg, e as acusações de Moscou de que Oslo estaria militarizando a região em violação ao tratado internacional — vêm alimentando novas fricções com a aliança ocidental.

Em resumo, a atual geopolítica do Ártico configura-se hoje como um verdadeiro tabuleiro estratégico, que exigirá a colaboração entre os membros da OTAN e investimentos em defesa. À medida que o conflito russo-ucraniano se prolonga e a disputa por territórios avança, somados às crescentes pressões exercidas por Washington sobre a Groenlândia, a aliança vê-se compelida a adotar mecanismos de proteção de seus interesses estratégicos em defesa da soberania da Noruega e da Dinamarca sobre as Ilhas Svalbard e a Groenlândia, respectivamente.



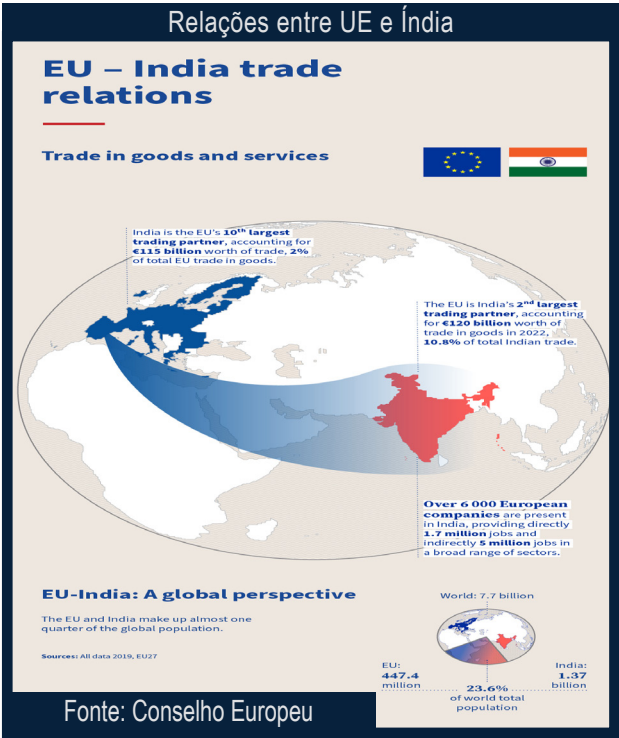
Em um sistema internacional crescentemente definido pela competição geoeconômica, a União Europeia (UE) é forçada a recalibrar sua política externa e a negociação de um acordo de livre comércio com a Índia surge como instrumento central nesse processo. A iniciativa transcende a lógica comercial, tornando-se um teste para a autonomia estratégica de Bruxelas. Quais são, portanto, os principais desafios a serem enfrentados nesse contexto?

A busca por esse acordo, iniciada em 2007, reflete uma estratégia defensiva da UE diante das disrupções na ordem global. A parceria com a Índia é considerada fundamental para diversificar cadeias de valor e reduzir a dependência crítica em relação à China. Ao mesmo tempo, diante do recente avanço do protecionismo estadunidense — exemplificado pelo aumento de tarifas nos últimos meses, que afetam os fluxos globais —, Bruxelas vê-se compelida a consolidar alianças comerciais mais previsíveis para garantir a estabilidade de seu mercado. Nesse cenário, as negociações foram intensificadas recentemente, com o objetivo de concluir o acordo até o final deste ano. A aproximação com Nova Delhi constitui, assim, um movimento pragmático para proteger os interesses econômicos e industriais europeus.

No entanto, é no âmbito da segurança que a fragilidade da estratégia europeia manifesta-se com maior clareza. A insistência da UE em uma parceria

ancorada em “valores democráticos compartilhados” colide com a doutrina de “autonomia estratégica” da Índia. A participação indiana em exercícios militares russos e a contínua importação de petróleo de Moscou não apenas desafiam a política externa europeia, como também expõem os limites do seu poder normativo. Para a UE, cuja segurança no flanco leste é diretamente ameaçada pela Rússia, tal postura representa quebra de confiança e mina a coerência de suas sanções. Isso evidencia a dificuldade de Bruxelas em traduzir sua interdependência econômica em influência geopolítica. Essa dissonância revela o cerne do dilema europeu: a UE projeta na Índia um parceiro de alinhamento geopolítico, esperando que Nova Delhi adote sua visão e suas percepções de ameaça. Contudo, encontra um ator que parece buscar uma parceria transacional, voltada ao fortalecimento de sua própria base de poder e à preservação de sua flexibilidade diplomática.

Dessa maneira, conclui-se que a parceria com a Índia coloca a UE diante de uma encruzilhada estratégica. Para preservar sua relevância competitiva, é imperativo desenvolver um modelo de cooperação pragmática, capaz de isolar os ganhos econômicos das divergências de segurança. Caso contrário, a UE arrisca mostrar-se incapaz de forjar alianças necessárias, permanecendo um ator economicamente relevante, mas geopoliticamente secundário.



Do protagonismo ao isolamento: como Israel sustenta sua indústria de Defesa

Amanda Montoiro e Pedro Vecchia

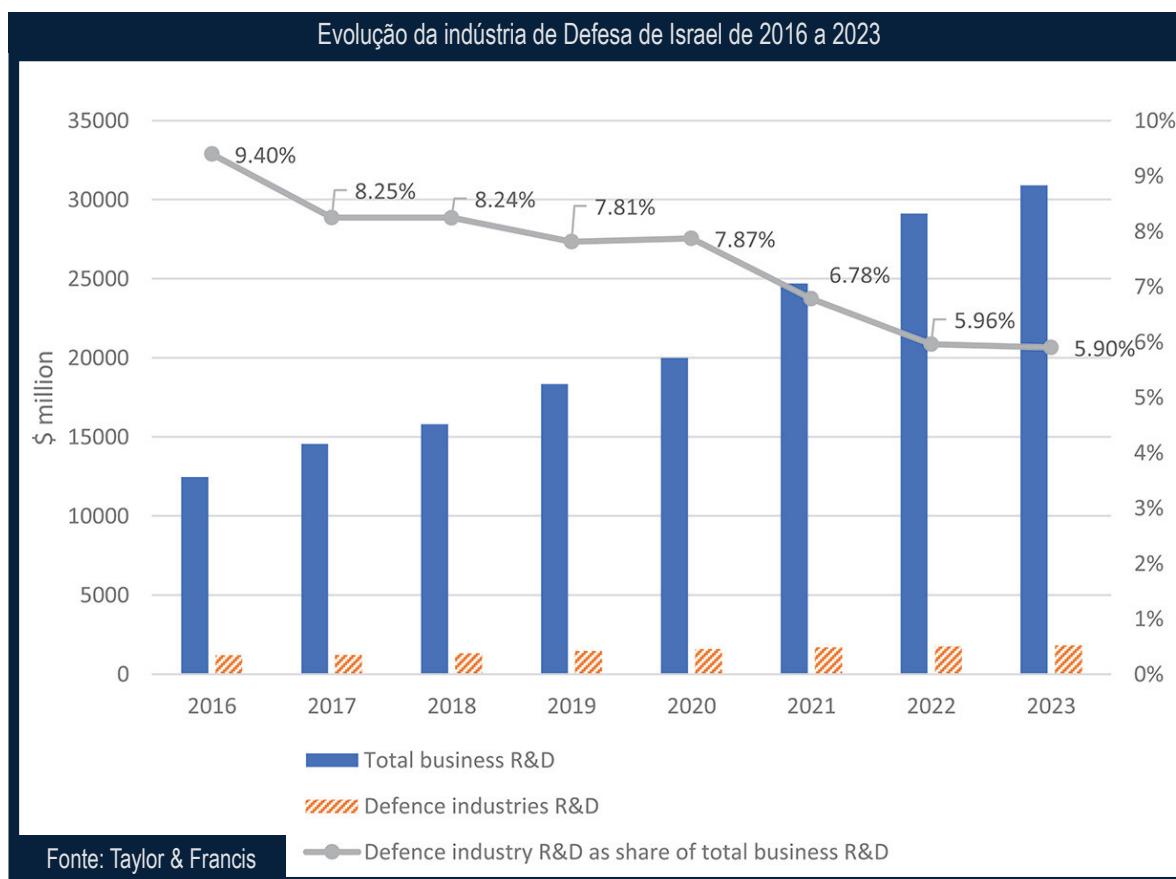
Israel enfrenta turbulência em sua indústria de Defesa devido ao isolamento político e diplomático decorrente do conflito na Faixa de Gaza. Em 25 de setembro de 2025, a Alemanha — segundo maior fornecedor de armas a Israel — completou cinco semanas de restrições às exportações de armamentos que poderiam ser utilizadas por Israel em Gaza. Com essa decisão, Berlim passou a integrar uma lista de 22 países que já suspenderam a venda ou a entrega de armamentos ao país. Dessa forma, como a indústria de Defesa israelense vem operando para contornar esse isolamento e preservar sua estrutura armamentista?

Nos anos 1960, Israel sofreu embargos da França e do Reino Unido, principais fornecedores de insumos militares à época, o que forçou o país a buscar sua “independência bélica” e investir em projetos próprios. Nesse contexto, os Estados Unidos da América tornaram-se o principal provedor de armas, oferecendo sistemas completos, munições e assistência tecnológica. Até os anos 1980, Israel buscava produzir internamente grandes plataformas — tanques, navios e até caças como o “Lavi” —, mas os custos para este último tornaram-se insustentáveis após a retirada do financiamento estadunidense. Em compensação, Washington forneceu caças “F-16”, e a indústria israelense participou da integração de componentes e sistemas eletrônicos, o que

lhe garantiu papel estratégico sem arcar sozinha com o desenvolvimento de plataformas completas.

As exportações de armamentos e tecnologias de Defesa de Israel somaram, em 2024, US\$ 14,7 bilhões, um aumento de aproximadamente 13% comparado com 2023. O principal diferencial dos produtos israelenses para investidores e compradores internacionais é o fato de serem testados e comprovados em campo de batalha, o que assegura sua eficácia e mantém o mercado ativo e competitivo, apesar das retaliações vistas pela suspensão de contratos e restrições de fornecimento externo. Para mitigar riscos, o país tem investido na criação de filiais de suas maiores empresas nacionais de Defesa em países clientes, de modo a preservar os fluxos comerciais e ampliar suas redes de influência. Dessa forma, mesmo sob pressão política e perda de prestígio, a indústria de Defesa israelense consegue equilibrar turbulências diplomáticas e pragmatismo econômico para se sustentar.

Portanto, a indústria de Defesa de Israel consolidou-se como um modelo híbrido, no qual importa os meios principais, enquanto a indústria local foca em subsistemas de alta tecnologia — como mísseis, defesa antimísseis e drones. Assim, Israel passou a exportar sistemas especializados capazes de serem integrados a diferentes meios globais, tornando sua indústria de Defesa mais competitiva internacionalmente.



A geoeconomia russa: as sanções e o Fórum Econômico Oriental

Pérsio Glória de Paula

O conflito na Ucrânia redefiniu o espaço econômico internacional e expôs a Rússia a um regime de sanções destinado a isolar o país e a reduzir suas capacidades militares e econômicas. Apesar disso, a economia russa preserva estabilidade interna e mantém sua inserção global. Nesse sentido, qual a estratégia geoeconômica russa para sustentar essa situação e assegurar o protagonismo internacional?

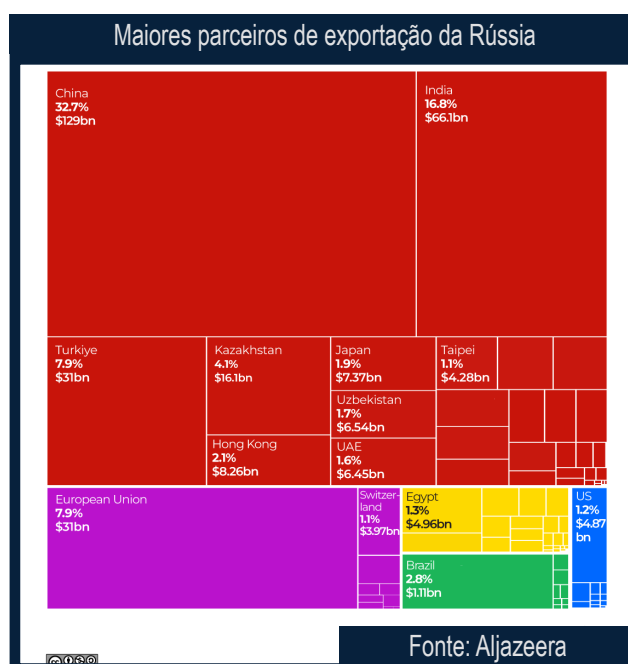
A resposta russa para resistir ao regime de sanções combina a contenção dos desequilíbrios socioeconômicos internos, o aprofundamento de parcerias com países emergentes e o uso de mecanismos para contornar as restrições comerciais. Ademais, o peso geoeconômico russo em mercados críticos, como energia, minérios, grãos e fertilizantes, constitui um fator que impede um isolamento pleno e ressalta o caráter indispensável da Rússia nas cadeias de comércio global. Essa lógica ficou evidente no Fórum Econômico Oriental, realizado em setembro em Vladivostok, reunindo 75 países da Ásia e do Sul Global. Além dos mais de 350 acordos firmados, avaliados em mais de US\$ 72 bilhões, os debates destacaram fluxos de comércio e investimento capazes de mitigar as restrições de acesso aos mercados europeu e estadunidense.

Adicionalmente, Moscou tem contornado as sanções ao recorrer a países intermediários e de importações paralelas — mecanismo oficial que facilita a entrada no

país de produtos ocidentais sancionados. Somente entre janeiro e julho de 2025, as importações paralelas somaram US\$ 14,6 bilhões, com expectativa de atingir US\$ 25 bilhões no ano, assegurando acesso a bens de consumo, produtos industriais e tecnológicos. Além disso, mesmo após três anos de conflito, países europeus e os Estados Unidos da América mantêm importações de produtos considerados críticos, como petróleo e gás, aço, urânio e fertilizantes.

Porém, no plano interno, apesar da estabilidade geral, já há sinais de pressão cumulativa. Segundo dados de setembro, o déficit orçamentário acumulado alcançou 1,9% do PIB russo, resultado da queda nas receitas energéticas e da expansão dos gastos públicos, particularmente em Defesa. Ainda que sob controle, observa-se uma relação desbalanceada entre a inflação, de 8,2% ao ano, e a elevada taxa de juros do país — de 17% ao ano. Esses fatores destacam o custo da manutenção simultânea do esforço de guerra e da estabilidade monetária e social.

Assim, a Rússia mantém-se capaz de sustentar seu posicionamento geoeconômico e evitar rupturas internas, mas sob pressão crescente, custos inflacionários e dependência das receitas energéticas. Moscou segue como ator incontornável nas dinâmicas globais, porém enfrenta um horizonte de desgastes cumulativos que colocará à prova sua capacidade de adaptação.



O legado do Sadae na política externa sul coreana com os Estados Unidos da América

Maria Puccetti

A Coreia do Sul é um Estado que sobreviveu às tentativas de ocupação de potências regionais, como China, Japão e Rússia, o que resultou em anticomunismo, sinofobia e ressentimento histórico. Uma das políticas externas mais polêmicas já adotadas pela Coreia do Sul foi a prática do Sadae, isto é, uma relação exclusiva e histórica com a China, semelhante à lógica de suserania e vassalagem. Esse vínculo culminou no sentimento de humilhação e no enfraquecimento da Defesa coreana, fatores que possibilitaram a ocupação japonesa no início do século XX e, após a Segunda Guerra Mundial, a divisão do país entre áreas de influência dos Estados Unidos da América (EUA) e da União Soviética, na região sul e norte do país, respectivamente. Como resposta aos traumas provocados por essas invasões e às relações assimétricas, desenvolveu-se o anti-Sadae, uma prática de rejeição à submissão a grandes potências. Assim, para a Coreia do Sul, preservar sua autonomia e evitar relações que possam colocá-la em posição de desvantagem configura-se como uma prioridade estratégica. Diante desse contexto, de que maneira as políticas de Donald Trump podem impactar seu relacionamento com o país sul-coreano?

Uma das medidas mais polêmicas do mandato de Trump é o “tarifaço”: no início do ano, o governo dos EUA havia ameaçado retirar tropas estadunidenses da Coreia do Sul, alegando que os custos de manutenção eram elevados e que as tarifas sul-coreanas sobre produtos americanos eram injustas — até mesmo superiores às aplicadas à China. Recentemente, seu principal concorrente no setor automobilístico e manufatureiro, o Japão, anunciou o estabelecimento de um acordo,

após meses de negociações com os EUA, em que as tarifas sobre as importações de carros japoneses foram reduzidas para 15%. Fato que pressionou a Coreia do Sul, pois a Casa Branca deixou claro que ou aceitava as tarifas impostas, ou aderiria ao acordo, sem abertura para negociações.

Em uma das negociações anteriores, segundo a britânica BBC, a Coreia do Sul prometeu um investimento de US\$ 350 bilhões nos EUA, dos quais US\$ 150 bilhões seriam para a indústria naval estadunidense, que está em desvantagem em relação à Marinha chinesa. No entanto, as políticas de imigração de Trump ameaçam o sucesso deste acordo, pois, recentemente, mais de 300 trabalhadores coreanos foram presos devido a transtornos relacionados ao visto. O projeto em que estavam envolvidos correspondia a uma grande obra de gigantes coreanos, como a Hyundai e a LG, para a construção de uma fábrica de baterias no país.

Apesar dos fortes laços com os estadunidenses, a relação bilateral encontra-se em uma situação sensível. Segundo o governo sul-coreano, o país não realizará negociações que careçam de racionalidade ou justiça, e o governo prosseguirá com as negociações tendo o interesse nacional como prioridade máxima. Ou seja, as ameaças quanto à manutenção da segurança do país, a assinatura do acordo com o Japão, o adiamento de obras das grandes corporações coreanas e as questões de imigração reavivam memórias históricas de humilhação para os coreanos, reforçando a prática do anti-Sadae.

DOI 10.21544/2446-7014.n220 p13.

SUL DA ÁSIA

A crise política no Nepal e seus impactos para o Sul da Ásia

Lucas Mitidieri

Em setembro de 2025, o Nepal foi tomado por uma onda de protestos que deixou mais de 50 mortos, centenas de feridos e levou à renúncia do primeiro-ministro Khadga Prasad Oli (K.P Oli). Os protestos, inicialmente motivados pela corrupção da elite política e pelo bloqueio das redes sociais, rapidamente escalaram para ataques

a residências de políticos e incêndios em prédios governamentais, incluindo o Parlamento e o Supremo Tribunal. Com a renúncia de Oli, o Nepal soma-se a Bangladesh e Sri Lanka como mais um regime do Sul da Ásia a colapsar nos últimos anos, levantando uma grande incerteza sobre o futuro político do país e sobre

os impactos na balança de poder da região.

Mobilizados pela decisão governamental de proibir 26 plataformas de redes sociais, incluindo Instagram e Facebook, os jovens da “Geração Z” iniciaram os protestos que deram início à crise. Dessa forma, a proibição serviu como faísca para uma onda de protestos que se intensificou a partir da forte repressão policial. A resposta do Estado transformou rapidamente os protestos em um movimento contestatório mais amplo contra a elite política nepalesa, acusada de corrupção, má governança e incapacidade de lidar com o desemprego juvenil. As manifestações cessaram após a intervenção do Exército nas ruas e o início do processo de formação de um novo governo interino.

A atual onda de protestos insere-se em um padrão que vem se tornando recorrente no Sul da Ásia. Assim como em Bangladesh e Sri Lanka, os regimes políticos colapsaram em meio à forte insatisfação popular com a elite dirigente, repressão estatal, corrupção sistêmica e crises

socioeconômicas. Além disso, em todos esses contextos, as mobilizações foram protagonizadas pela “Geração Z” e tiveram as redes sociais como principal instrumento de articulação política. Ou seja, para além da dimensão nacional, a revolta insere-se em um contexto regional de intensa instabilidade política, no qual as novas gerações já não aceitam os problemas estruturais comuns à região.

Em suma, embora não se trate da primeira grande crise política no Nepal, esta se configurou como a mais violenta desde a abolição da monarquia em 2008 e estabelece precedentes para potenciais transformações políticas no país. Se antes o Nepal adotava uma política externa equilibrada entre seus vizinhos — China e Índia —, agora permanece incerto qual direção seguirá. Contudo, em um contexto de instabilidade regional, a revolta nepalesa serve como alerta para todos os governantes do Sul da Ásia.

DOI 10.21544/2446-7014.n220 p13-p14.

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

A busca por soberania e segurança no Oceano Pacífico

Rafael Prisco

O Fórum das Ilhas do Pacífico (PIF, na sigla em inglês) concluiu seu 54º encontro em Honiara, nas Ilhas Salomão. Essa reunião é de suma importância para os países e territórios da região, dos quais 16 dos 18 foram representados por chefes de Estado, incluindo Austrália e Nova Zelândia, que almejam maior soberania e integração regional na Oceania. Desafios transnacionais como mudanças climáticas, crimes, cibersegurança e tensões geopolíticas exigem esforços multilaterais, especialmente diante do limitado tamanho e da reduzida capacidade de ação da maior parte dos membros. Apesar de avanços em algumas temáticas, como a resolução de contenciosos fronteiriços entre Ilhas Marshall, Micronésia e Palau e a declaração conjunta da região como um “Oceano de Paz”, o crescimento da China na região e a consequente crítica ocidental criam tensões geopolíticas que ameaçam o projeto de integração pacífica. Nesse contexto, de que forma a China se expande no Oceano Pacífico?

Pequim tem se posicionado como um parceiro importante para alguns países do Pacífico, a partir de investimentos em infraestrutura no âmbito da “Nova Rota da Seda”, o que é vital para países que enfrentam dificuldades agravadas pelas mudanças climáticas.

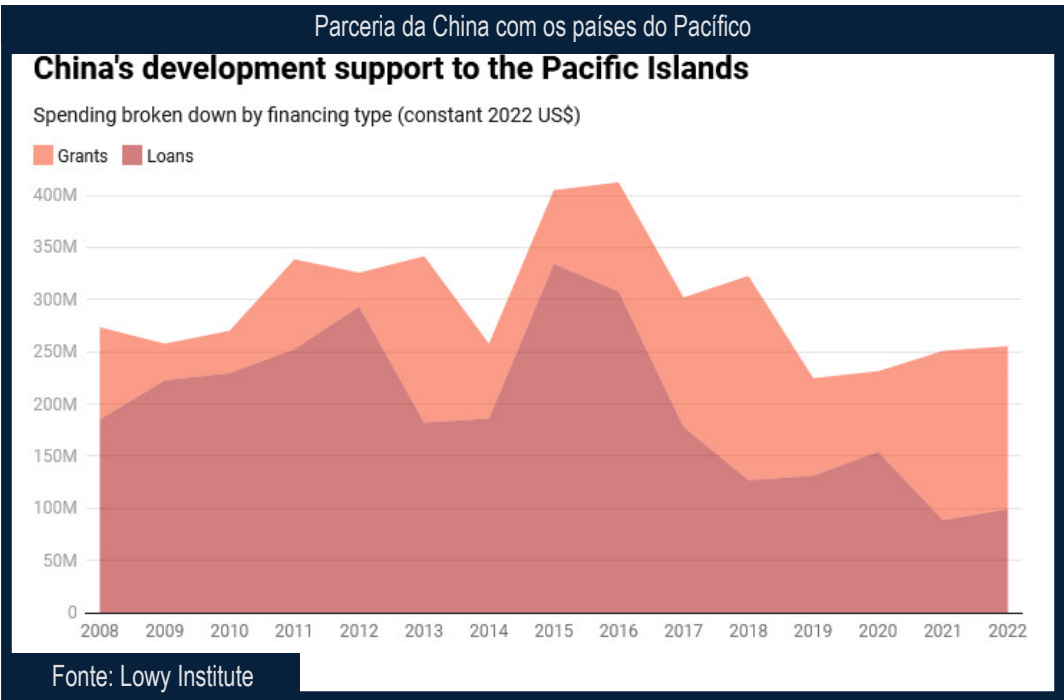
Além disso, acordos de segurança atraem esses governos que sofrem com o crime organizado internacional. Destacam-se, nesse contexto, as Ilhas Cook, um território em livre associação com a Nova Zelândia, que firmou um acordo de segurança com a China em 2025, gerando atrito com o governo neozelandês.

É importante ressaltar, também, as críticas às interações entre China e a comunidade das Ilhas do Pacífico. Por um lado, como se observa em outras partes do Sistema Internacional, a China não apresenta tantas preocupações com governança e direitos humanos em comparação aos países ocidentais e organizações multilaterais, o que é atrativo para autoridades como a do Kiribati, que frequentemente enfrenta tensões internas. Isso pode representar um aumento de infrações no direito internacional na região, além de levantar questionamentos sobre os reais impactos dos investimentos em segurança e tecnologia. Além disso, os países e territórios do Pacífico afundam-se em dívidas: segundo o Banco Mundial, a maior parte da dívida externa de Tonga, Vanuatu e Samoa é chinesa, o que pode gerar crises econômicas severas em casos de choques, como tragédias climáticas.

Em suma, alguns Estados e governos membros do

PIF ficam motivados com o volume de investimentos e promessas desse novo parceiro vindo do Leste Asiático, diante de um contexto de retração e controvérsias nos países ocidentais. Contudo, é importante analisar os diferentes

cenários que a diplomacia de Pequim pode gerar na região, a fim de evitar tensões e continuar em uma rota para um “Oceano de Paz”.



DOI 10.21544/2446-7014.n220 p14.

ÁRTICO & ANTÁRTICA

A rota do futuro? O colapso da criosfera e a disputa no Oceano Austral

Nathália Magalhães Macedo

Em 2020, a tripulação da 38ª Operação Antártica (OPERANTAR), a bordo do Navio Polar (NPo) “Almirante Maximiano”, da Marinha do Brasil, atravessou a Passagem de Drake, registrando um atraso de 30 horas na travessia face às condições meteorológicas adversas. O episódio não só reafirmou a natureza hostil da região, como também evidenciou a crescente imprevisibilidade das condições marítimas, exacerbada pelo degelo. Mais do que um corredor de navegação entre os oceanos Atlântico e Pacífico, o Drake vem tornando-se um ponto crucial para a estabilidade climática e na projeção de poder no Oceano Austral. Em um mundo em que o oceano é tanto uma via de conectividade quanto um espaço de disputa, até que ponto a deterioração da criosfera pode transformar a dinâmica de poder e comprometer a segurança das rotas marítimas globais?

O derretimento do gelo introduz grandes volumes de água doce no oceano, reduzindo a salinidade e a densidade das águas superficiais, o que, por sua vez, pode comprometer a formação da Água de Fundo Antártica. Tal fluxo de águas, que desce até os níveis abissais do oceano, impulsiona a circulação termoalina global e, ao sofrer alterações, modifica a circulação oceânica e influencia os padrões climáticos. Isto, se continuado, impactará, por exemplo, a Circulação Meridional do

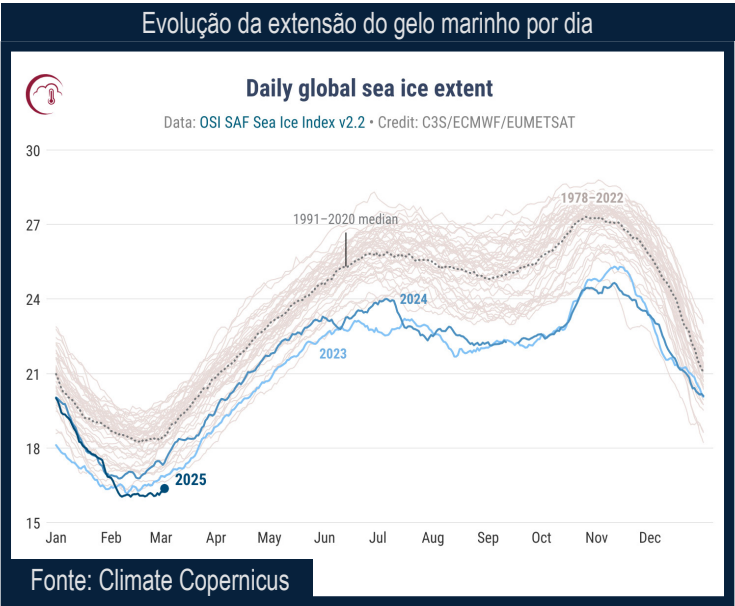
Atlântico, que, uma vez enfraquecida, dará espaço a eventos paradoxais, como o resfriamento do Hemisfério Norte e o aquecimento acelerado do Hemisfério Sul.

A Passagem de Drake sempre foi de grande importância, mas sua relevância tende a crescer com a instabilidade climática. Potências como os Estados Unidos da América e o Reino Unido, cuja presença militar no Atlântico Sul remonta ao século XIX, sobretudo por meio de bases estratégicas — como as Ilhas Malvinas e a Ilha de Ascensão —, vêm intensificando sua presença naval, muitas vezes sob o pretexto da cooperação científica. Algumas embarcações preferem utilizar o Estreito de Magalhães ao Drake, que, no entanto, impõe restrições por estar sob jurisdição do Chile e da Argentina. Contudo, com a elevação do nível do mar, as rotas podem ser reconfiguradas, potencialmente deslocando fronteiras austrais e alterando padrões de navegação. Além disso, a profundidade de canais e baías pode mudar, impactando a acessibilidade de portos estratégicos na América do Sul.

O contexto das mudanças climáticas e da disputa por novos corredores marítimos impõem ao Brasil e aos demais países do Atlântico Sul a necessidade

de ampliar sua capacidade de projeção política e naval, a fim de evitar uma possível marginalização em futuras negociações sobre a Antártica e o Oceano Austral. A Passagem de Drake — sendo a única rota natural parcialmente livre de gelo entre o Atlântico e o Pacífico

—, torna-se, portanto, um ativo geopolítico de primeira ordem. Ainda, com as crescentes limitações e custos associados ao Canal do Panamá, agravados por secas e restrições operacionais, o Drake pode emergir como uma alternativa para o comércio global.



DOI 10.21544/2446-7014.n220 p15.

TEMAS ESPECIAIS

Intervenção brasileira no caso África do Sul v. Israel: mudança de paradigma?

Gabriel Mendes

No dia 19 de setembro de 2025, o Brasil apresentou uma declaração de intervenção no caso *Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide in the Gaza Strip (South Africa v. Israel)* (Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza – África do Sul v. Israel). A intervenção, instrumento previsto nos artigos 62 e 63 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, trata-se de um meio pelo qual Estados interessados em determinado litígio podem opinar sobre a interpretação dos instrumentos legais em disputa. Neste caso, como o processo diz respeito à Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, o Brasil interviu com base no fato de ser signatário desta convenção e, portanto, estar interessado em sua interpretação. É a primeira vez que o Brasil intervém num processo na Corte, contrastando com seu histórico de neutralidade. Assim, surge a questão: essa intervenção configuraria como uma nova postura brasileira frente às cortes internacionais?

O Brasil tem um longo histórico de atuação na Corte Internacional de Justiça desde a sua criação. Inclusive, a CIJ possui um brasileiro em sua composição atual, o Juiz Leonardo Caldeira Brandt. Desde então, o Brasil conta com uma longa tradição de juízes na corte, com um juiz natural do Brasil na composição atual da CIJ. Todavia, em linha com a histórica postura de neutralidade brasileira e a sua preferência por soluções negociais ou arbitrais

para suas disputas, o Brasil jamais figurou como interventor na história da CIJ. Assim, a intervenção do Brasil constitui uma mudança significativa da postura tradicionalmente adotada pelo Brasil.

A intervenção tratou principalmente de questões de interpretação dos artigos I, II e III da Convenção de Genocídio. Dentre as diversas questões legais levantadas, o Brasil afirmou que, no caso apresentado, existem elementos suficientes para imputar a Israel a “Intenção de Genocídio”, os quais, disponíveis à Corte, indicam que a conduta de Israel “milita contra a razoabilidade de inferir que estes padrões de conduta têm a intenção de autodefesa”. Por fim, o Brasil reafirmou que todas as partes da Convenção têm o dever *Erga Omnes Partes*, ou seja, um dever recíproco entre todos os países signatários da convenção, para assegurar o cumprimento do tratado. Todavia, vale ressaltar que a intervenção se limita essencialmente à interpretação da Convenção de Genocídio, não constituindo uma condenação direta a Israel.

A Corte, todavia, ainda levará mais tempo para decidir sobre o caso. Mesmo assim, a atitude do Brasil demonstra uma mudança relevante na sua atuação perante as Cortes Internacionais. Ainda é cedo para afirmar se essa intervenção configura uma mudança de paradigma ou uma medida extraordinária, tomada à frente de uma situação excepcional.

DOI 10.21544/2446-7014.n220 p16.

- ▶ [Southeast Asia's evolving defence partnerships](#)
LOWY INSTITUTE, Rahman Yaacob, Susannah Patton e Jack Sato
- ▶ [The Pentagon's Missing China Strategy](#)
FOREIGN AFFAIRS, Seth G. Jones
- ▶ [Rebuilding European defence? Rethinking fiscal and financial capacities for a strategically autonomous EU](#)
REAL INSTITUTO ELCANO, Alberto Cunha
- ▶ [Oil, Drugs, and Geopolitics in the Southern Caribbean](#)
THE NATIONAL INTEREST, Scott B. MacDonald
- ▶ [The Global Battle for Control of the Seas Continues to Rage in the 21st Century](#)
IFRI, Thomas Gomart

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Por: Rafaela Machado

OUTUBRO

Principais eventos de 02 até 26 de outubro

02 - 11



BRASIL
OPERAÇÃO
"ATLAS"

06



**ESTADOS UNIDOS
DA AMÉRICA**
ENCERRAMENTO DA
OPERAÇÃO "UNITAS" 2025

07 - 08



FRANÇA
FÓRUM DA OCDE
SOBRE FINANÇAS E
INVESTIMENTOS VERDES
2025

12



CAMARÕES
ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS

13 - 18



**ESTADOS UNIDOS
DA AMÉRICA**
REUNIÕES ANUAIS DO
BANCO MUNDIAL E DO FMI

19



BOLÍVIA
SEGUNDO TURNO
DAS ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS

24



IRLANDA
ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS

26



ARGENTINA
ELEIÇÕES
LEGISLATIVAS

Navio Doca Multipropósito “Oiapoque”: a novidade para a Esquadra Brasileira

[Marinha do Brasil oficializa compra do HMS “Bulwark”](#). Agência da Marinha de Notícias, 10 set. 2025. Acesso em: 26 set. 2025.

[Navio Doca Multipropósito “Oiapoque” é o quinto da Marinha do Brasil a ostentar esse nome](#). Agência da Marinha de Notícias, 24 set. 2025. Acesso em: 26 set. 2025.

Fortalecimento da Armada chilena e seu papel institucional na segurança regional

[La Armada de Chile recibe dos millones de dólares para reforzar su equipamiento en la lucha contra el crimen organizado](#). InfoDefensa, 14 ago. 2025. Acesso em: 11 set. 2025.

[Nuestra contribución al desarrollo](#). Marinha do Chile, 30 jan. 2023. Acesso em: 11 set. 2025.

A disputa geopolítica por infraestruturas marítimas estratégicas no Caribe

HERNÁNDEZ, Carlos E. [Antigua y Barbuda fortalece sus relaciones en Defensa con China](#). Infodefensa, 09 set. 2025. Acesso em: 09 set. 2025.

HUESA, Julia. [China in Latin America: March 2025](#). Council on Foreign Relations, 28 mar. 2025. Acesso em: 09 set. 2025.

Entre oportunidade e gargalos: a África do Sul no futuro do hidrogênio

RUBIDGE, Laura. [The Green Hydrogen Catalyst: Igniting Local Development through Green Trade Enablers](#). South African Institute of International Affairs, abr. 2025. Acesso em: 13 set. 2025.

LATCHANNA, Akashni. [From sea to spark: South Africa’s green hydrogen plans](#). Nature Africa, 04 set. 2025. Acesso em: 13 set. 2025.

A atenção da OTAN ao Extremo Norte e a complexidade geopolítica

[Danish-led Arctic Light 2025 strengthens Allied readiness in High North](#). Allied Air Command, 18 set. 2025. Acesso em: 20 set. 2025.

DEB, Kushal. [Russia condemns Denmark led NATO’s Arctic Light 2025 without US amid tensions over Greenland](#). Wion News, 19 set. 2025. Acesso em: 20 set. 2025.

Do Indo-Pacífico ao Báltico: a parceria UE–Índia entre segurança e interesses estratégicos

[EU-India free trade agreement: international agreements in progress](#). EPRS, jan. 2024. Acesso em: 22 set. 2025.

[India eyes quick EU trade deal as Trump pushes higher tariffs](#). RFI, 19 set. 2025. Acesso em: 24 set. 2025.

Do protagonismo ao isolamento: como Israel sustenta sua indústria de Defesa

EVIRON, YORAM. [Israel’s defence industry: adaptation and growth in a changing arms market](#). Taylor & Francis, 14 mar. 2025. Acesso em: 25 set. 2025.

[Germany cuts new arms export approvals for Israel to zero](#). Politico EU, 25 set. 2025. Acesso em: 25 set. 2025.

A geoeconomia Russa: as sanções e o Fórum Econômico Oriental

[Volume of parallel imports down to \\$1.4-1.5 bln over two months — ministry](#). TASS, 05 set. 2025. Acesso em: 13 set. 2025.

[The US and Europe are still doing billions of dollars’ worth of business with Russia despite years of war](#). CNN, 28 ago. 2025. Acesso em: 13 set. 2025.

O legado do Sadae na política externa sul coreana com os Estados Unidos da América

[Industry minister, US commerce secretary meet in New York over trade deal](#). The Korea Times, 13 set. 2025. Acesso em: 27 set. 2025.

[Trump announces deal to impose 15% tariff on South Korea](#). BBC, 30 jul. 2025. Acesso em: 27 set. 2025.

A crise política no Nepal e seus impactos para o Sul da Ásia

[Gen Z’s Challenge to Elite Dominance in South Asia](#). The Diplomat, 24 set. 2025. Acesso em: 26 set. 2025.

[Will Nepal’s political upheaval shift the balance of power in South Asia?](#). TRT World, 23 set. 2025. Acesso em: 26 set. 2025.

A busca por soberania e segurança no Oceano Pacífico

[A test of unity: Can the Pacific Islands Forum Leaders’ meeting keep the family together](#). The Interpreter, 04 set. 2025. Acesso em: 27 set. 2025.

[Pacific Islands Forum: climate crisis tops agenda as China exclusion casts shadow over leaders meeting](#). The Guardian, 08 set. 2025. Acesso em: 27 set. 2025.

A rota do futuro? O colapso da criosfera e a disputa no Oceano Austral

SOARES, Maria Júlia C. [Mudanças no transporte interoceânico pela Passagem de Drake e suas influências sobre circulação meridional do Atlântico durante o quaternário tardio](#). Universidade Federal Fluminense, 2023.

CARVALHO, Daniel P. [A geopolítica brasileira para a Antártica: a importância da meteorologia Antártica para a segurança do Brasil](#). Escola de Guerra Naval, 2017.

Intervenção brasileira no caso África do Sul v. Israel: mudança de paradigma?

[Application of the Convention of the Crime of Genocide in the Gaza Strip \(South Africa v. Israel\). Declaration of Intervention of Brazil](#). International Court of Justice, set. 2025. Acesso em: 28 set. 2025.

[Brazil files a declaration of intervention in the proceedings under Article 63 of the Statute – Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide in the Gaza Strip \(South Africa v. Israel\)](#). UNITED NATIONS, set. 2025. Acesso em: 28 set. 2025.

O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

Os valores em moeda expressos neste Boletim estão padronizados em Dólar Estadunidense, utilizando a conversão do Banco Central do Brasil, no dia da publicação desta edição.

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência na economia brasileira e o impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Os parâmetros para categorização dos riscos seguem os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relevância dos atores envolvidos, repercussão internacional, impacto regional e a possibilidade da escalada de tensões. Após a seleção

dos fenômenos, estes podem ser categorizados em alto risco (vermelho), quando avalia-se grande instabilidade social, política, militar ou econômica; e também, em médio risco (laranja), para principais situações de agravamento de riscos observados. Os países em cinza representam conflitos monitorados; caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Matheus Moreira

► ALTO RISCO:

•HAITI - Conflitos internos: [Haiti: the plight of a family displaced by gang violence](#). **Africanews**, 28 set. 2025. Acesso em: 29 set. 2025.

•IÊMEN - Conflito regional: [Israel's killing of 31 Yemeni journalists marks deadliest global attack in 16 years](#). **Committee to Protect Journalists**, 19 set. 2025. Acesso em: 24 set. 2025.

•IRÃ - Conflito regional: [Iran executes another alleged Israeli spy amid surge in death penalties](#). **Euronews**, 29 set. 2025. Acesso em: 29 set. 2025.

•ISRAEL - Conflito regional: [Israel escalates bombardment as tanks push deep into Gaza City](#). **Al Jazeera**, 23 set. 2025. Acesso em: 24 set. 2025.

•LÍBANO - Conflito regional: [Lebanon pushes for US support as family killed by Israel attack are buried](#). **Al Jazeera**, 23 set. 2025. Acesso em: 24 set. 2025.

•MAR VERMELHO - Risco a travessia: [Israeli fighter jets launched ballistic missiles from the Red Sea in Qatar strike, official says](#). **AP News**, 17 set. 2025. Acesso em: 24 set. 2025.

•RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito militar: [Ukraine says it hit Russian oil infrastructure in Bryansk, Samara regions](#). **Reuters**, 23 set. 2025. Acesso em: 24 set. 2025.

•SÍRIA - Conflito regional: [Israeli strikes left Syria 'stunned' and makes normalization 'difficult,' Syrian foreign minister says](#). **CNN**, 28 set. 2025. Acesso em: 29 set. 2025.

•SUDÃO - Conflito interno: [At least 15 killed in drone strike at Sudan market in RSF-besieged city of el-Fasher](#). **France24**, 24 set. 2025. Acesso em: 29 set. 2025.

•VENEZUELA - Conflito sociopolítico: [ONG vê risco de “militarização total” na Venezuela em meio a tensão com EUA](#). **CNN**, 25 set. 2025. Acesso em: 29 set. 2025.

► MÉDIO RISCO:

•BURKINA FASO - Crise sociopolítica: Burkina Faso: [le chef de l'État accuse des pays voisins de déstabilisation, dont la Côte d'Ivoire](#). **RFI**, 29 set 2025. Acesso em: 29 set 2025.

•CAMBOJA E TAILÂNDIA - Disputa fronteira: [New Thai foreign minister calls for troop reductions with Cambodia](#). **Reuters**, 25 set. de 2025. Acesso em: 25 set. 2025.

•COLÔMBIA - Crise sociopolítica: [EUA revogam visto do presidente da Colômbia e citam ações "incendiárias"](#). **CNN**, 26 set. 2025. Acesso em: 29 set. 2025.

•EQUADOR - Crise sociopolítica: [O governo relatou cerca de uma centena de prisões durante a greve nacional convocada pela Conaie](#). **Nodal**, 26 set. 2025. Acesso em: 29 set. 2025.

•ESTADOS UNIDOS E VENEZUELA - Crise Regional: [EUA preparam opções para ataques dentro da Venezuela, diz emissora](#). **CNN**, 26 set. 2025. Acesso em: 29 set. 2025

•GUIANA E VENEZUELA - Disputa fronteira: [Guiana apela à ONU por ameaça de anexação da Venezuela](#). **CNN**, 24 set. 2025. Acesso em: 29 set. 2025.

•GUINÉ - Crise sociopolítica: [En Guinée, le chef de la junte promulgue la nouvelle Constitution](#). **Le Monde**, 27 set 2025. Acesso em: 29 set. 2025.

•IRAQUE - Crise regional: [Apontando para as ligações do Hamas e dos houthis, EUA alertam o Iraque sobre possíveis ataques israelenses em Bagdá](#). **The New Arab**, 22 set. 2025. Acesso em: 24 set. 2025.

•MALI - Crise sociopolítica: [Al-Qaeda no Sahel lançou “jihad económica” contra a junta militar que governa o Mali](#). **Público**, 28 set. 2025. Acesso em: 28 set. 2025.

•MAR DO SUL DA CHINA - Crise regional: [China Moves Two Super-Sized 'XXL' Uncrewed Submarines To South China Sea](#). **Naval News**, 24 set. 2025. Acesso em: 25 set. 2025.

•MAR MEDITERRÂNEO - Risco na rota migratória: [Hundreds of migrants rescued at sea while trying to reach Canary Islands, Mallorca](#). **InfoMigrants**, 23 set. 2025. Acesso em: 29 set. 2025.

•MIANMAR - Conflito interno: [Najafi, Azadeh. A Reflection on the Human Rights Situation in Myanmar: From the 2021 Coup to Ethno-Religious Conflict](#). **Hriui**, 23 set. 2025. Acesso em: 25 set. 2025

•MOÇAMBIQUE - Crise interna: [Mozambique’s Daniel Chapo: Forging peace ‘at the negotiating table’](#). **Al Jazeera**, 25 set 2025. Acesso em: 29 set. 2025.

•NEPAL - Crise interna: [Nepal’s PM Karki appoints ministers after deadly Gen Z protests](#). **Aljazeera**, 15 set. 2025. Acesso em: 16 set. 2025.

•NICARÁGUA - Crise sociopolítica: [Até agora, são pelo menos 261 os religiosos expulsos da Nicarágua](#). **Vatican News**, 08 set. 2025. Acesso em: 15 set. 2025.

•NÍGER - Crise sociopolítica: [Burkina Faso, Mali e Níger abandonam TPI](#). **RFI**, 23 set. 2025. Acesso em: 29 set. 2025.

•NIGÉRIA - Crise interna: ['Boko Haram war ends when Nigeria gets Commander-in-Chief'](#). **DP**. 25 set. 2025. Acesso em: 29 set. 2025.

•REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Crise regional: [France to host DR Congo emergency conference as Kinshasa calls for aid](#). **RFI**, 24 set 2025. Acesso em: 29 set 2025.

•SOMÁLIA - Crise interna: [Somalia reaffirms fight against terrorism, calls for peace in Palestine](#). **Arab News**, 25 set 2025. Acesso em: 29 set. 2025.

► EM MONITORAMENTO:

•AFEGANISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [Trump diz que “coisas ruins” acontecerão se Afeganistão não devolver base](#). **CNN**, 20 set. 2025. Acesso em: 24 set. 2025.

•ARMÊNIA E AZERBAIÃO - Instabilidade regional: [Armenia and Azerbaijan took steps towards lasting peace: Erdogan](#). **Radar Armenia**, 23 set. 2025. Acesso em: 24 set. 2025.

•BANGLADESH - Instabilidade sociopolítica: [Bangladesh’s Caretaker Government Has Reoriented Its Foreign Policy](#). **World Politics Review**, 19 set. 2025. Acesso em: 24 set. 2025.

•BELARUS - Instabilidade regional: [Poland to reopen border with Belarus after nearly two-week closure, PM Tusk says](#). **Euronews**, 24 set. 2025. Acesso em: 24 set. 2025.

•BOLÍVIA - Instabilidade sociopolítica: [Estados Unidos volvió a descertificar a Bolivia en su lucha contra las drogas](#). **Nodal**, 19 set. 2025. Acesso em: 24 set. 2025.

•COLÔMBIA E PERU - Disputa Fronteira: [Tropas de Colômbia e Peru chegam à Amazônia em conflito por terras](#). **Diário do Comércio**, 28 ago. 2025. Acesso em: 15 set. 2025.

•ETIÓPIA - Instabilidade interna: [With Ethiopia’s GERD Active, Tensions Mount Along the Nile](#). **Middle East Council on Global Affairs**. 25 set. 2025. Acesso em: 29 set. 2025.

•PENÍNSULA COREANA - Instabilidade regional: [Presidential office backs N. Korea-US talks but holds firm on denuclearization goal](#). **The Korea Times**, 22 set. 2025. Acesso em: 24 set. 2025.

•POLÔNIA - Instabilidade regional: [Poland warns Russia not to 'whine' if its jets are shot down in NATO airspace](#). **Euronews**, 23 set. 2025. Acesso em: 24 set. 2025.

•SENEGAL - Instabilidade sociopolítica: [Nouvelle opération coup de poing du nouveau ministre de l'Intérieur](#). **Senenews**, 23 set. 2025. Acesso em: 29 set. 2025.

•SUDÃO DO SUL - Instabilidade regional: [‘I feel broken’: hardship bites for thousands of South Sudanese stranded and unable to get home](#). **The Guardian**, 29 set. 2025. Acesso em: 29 set. 2025.

•TAIWAN - Instabilidade regional: [So-called 'Republic of China \(Taiwan\)' does not exist at all, both sides of Taiwan Straits belong to one China: Taiwan Affairs Office](#). **Global Times**, 24 set. 2025. Acesso em: 24 set. 2025.